

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.530.511 - PR
(2019/0184611-5)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

EMBARGANTE : ANTONIO BRESSIANI

**ADVOGADOS : ALEXANDRE POSTIGLIONE BÜHRER E OUTRO(S) -
PR025633
RODRIGO GOLOMBIESKI SIBEN - PR039411**

EMBARGADO : ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORE : AUDREY SILVA KYT - PR044763

S

MANUELA DÓREA LEAL VITA E OUTRO(S) - PR061847

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ANTONIO BRESSIANI contra a decisão de fls. 547/548, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte Embargante que:

Ao negar conhecimento ao Agravo de Instrumento, por considerá-lo intempestivo, esse D. Julgador apenas considerou a data de interposição do Recurso Especial que se pretende destrancar (06/02/2019), sem se ater ao fato o prazo para interposição do Agravo de Instrumento, contra a decisão que negou seguimento àquele recurso, o qual se iniciou em 08/05/2019 (quarta-feira, primeiro dia útil subsequente à leitura da intimação da decisão agravada), como demonstra o printscreen obtido por meio da tela do sistema de peticionamento eletrônico do Paraná – Projudi: [...] (fl. 552).

Com efeito, uma vez considerado que a data de início do prazo do Recurso de Agravo de Instrumento em análise, que foi interposto contra a decisão negatória de seguimento do Recurso Especial se iniciou em 08/05/2019 (quarta-feira), e tendo o Agravo sido protocolizado em 28/05/2019 (terça-feira) nota-se que foi respeitado o prazo de 15 (quinze) dias úteis, previsto no art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, caput, todos do Código de Processo Civil.

Além disso, o Recurso Especial foi tempestivamente manejado, conforme cálculo do prazo processual oferecido pelo próprio sistema de peticionamento eletrônico do Paraná, o qual não computou qualquer decurso de prazo para que o Embargante pudesse recorrer do v. Acórdão de 2ª Instância. Vejamos: [...] (fl. 553).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte Embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Esclareça-se que o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada após 18/03/2016, já sob a égide do novo *codex* Processual.

Assim, nos termos do Enunciado Administrativo n.º 3 do STJ, "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Impende ressaltar que a ora Embargante parte da premissa equivocada de que a decisão de fls. 547/548 não conheceu do recurso em razão da intempestividade do Agravo em Recurso Especial. Acontece que, na verdade, como fica claro da leitura da referida decisão, o que está sendo considerado intempestivo é o Recurso Especial de fls. 476/490. Veja-se que, superada a análise de admissibilidade dos requisitos formais do Agravo em Recurso Especial, foram analisados os requisitos formais relacionados ao Recurso Especial, no qual se enquadra a sua respectiva tempestividade.

Outrossim, de acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n. 703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e

Superior Tribunal de Justiça

decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 28/08/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso - obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2.º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente